



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



**Nota Cetad/Coest nº 205, de 14 de dezembro de 2022.**

**Interessado:** Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

**Assunto:** Estimativa de Impacto do RE 1384562 (Tema 1226) – Inconstitucionalidade da instituição de alíquotas progressivas para as contribuições previdenciárias devidas pelos servidores públicos federais.

*Processo SEI: 10951.105084/2020-33 (e-Processo: 10265.420633/2022-05)*

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A presente Nota Técnica tem por objetivo responder ao Ofício SEI nº 262641/2022/ME, de 03 de outubro de 2022, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, endereçado ao Sr. Secretário-Especial da Receita Federal do Brasil (Processo SEI nº 10951.105084/2020-33 e e-Processo nº 10265.420633/2022-05), no qual se solicita estimativa de impacto econômico-financeiro decorrente de eventual decisão contrária à União no RE 1384562 (Tema 1226).

## ANÁLISE

2. Nesse RE, questiona-se a constitucionalidade da instituição de alíquotas progressivas para as contribuições previdenciárias devidas pelos servidores públicos federais (civis), conforme entendimento dos incisos V a VIII do § 1º do art. 11 da EC nº 103, de 2019, e regulamentação e normatização de regência da matéria.

## METODOLOGIA DE CÁLCULO

3. Com o objetivo de estimar a ordem de grandeza do impacto tributário decorrente de eventual decisão desfavorável à União no RE em tela, foi desenvolvido o procedimento sintetizado nos itens 4 e 5 a seguir:

4. Com fundamento em informações disponibilizadas nas bases do Portal da Transparência da CGU (ref. servidores ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo Federal), de 09/2020, 09/2021 e 09/2022 (as quais foram anualizadas, para fins do cálculo das estimativas em tela), e em quantitativo e remuneração média de servidores ref. boletim de pessoal elaborado pelo Ministério do Planejamento (Poderes Legislativo, Judiciário e MPU), chegou-se, com fundamento na legislação sob litígio na ação judicial em tela (RE 1384562, Tema 1226), em caso de decisão desfavorável à União, aos montantes estimados de perda de arrecadação e/ou obrigação de devolução de valores de Contribuição Previdenciária pagos a maior, caso seja reconhecida a inconstitucionalidade da instituição de alíquotas progressivas sobre tal exação devidas pelos servidores públicos federais.

5. Então, com base em tais montantes, foi estimado o impacto tributário de eventual decisão judicial desfavorável à União que considere inconstitucional os adicionais de CP previstos nos incisos V a VIII do § 1º do art. 11 da EC nº 103/2019, o que se consubstanciaria em perda de arrecadação futura dessa contribuição e/ou necessidade de devolução de valores pagos a maior, integralmente ou apenas os referentes aos últimos exercícios – a depender dos exatos termos da eventual decisão judicial em relação ao RE em comento.

#### IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

6. A metodologia descrita nos itens 4 e 5 resultou em impactos econômico-financeiros negativos estimados em valores da ordem de **R\$ 5,8 bilhões ref. 2020 a 2022**, e de **R\$ 1,7 bilhão anual futuro**, na situação disposta no item 3.

7. Importa ressaltar que, qualquer que seja a decisão judicial desfavorável à União, seus efeitos poderiam eventualmente vir a ser modulados para especificar, p. ex., períodos de apuração abrangidos, formas de ressarcimento e de correção aplicáveis e demais aspectos concernentes à sua aplicação concreta, fatores que não teríamos, no momento, como incluir com detalhes e precisão na estimativa acima.

#### CONCLUSÃO

8. Cabe enfatizar ainda, em conclusão, que, em virtude de os cálculos acima não terem sido efetuados especificamente em relação aos contribuintes eventualmente atingidos no RE em tela, e sim a partir de um conjunto deles que supostamente compartilharia situação tributável semelhante, os

impactos econômico-financeiros estimados aqui apresentados não corresponderiam aos valores precisos envolvidos na presente ação judicial, mas tão somente à ordem de grandeza dos valores potenciais totais que poderão vir a ser desembolsados pela União, e/ou excluídos da arrecadação federal atual e futura, em caso de eventual decisão desfavorável à União.

São essas as informações e considerações pertinentes submetidas à apreciação superior.

*Assinado digitalmente*  
ANDRÉ LUIZ BARBOSA  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao Chefe do Cetad.

*Assinado digitalmente*  
FILIPE NOGUEIRA DA GAMA  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador da Coest – Substituto

Aprovo a Nota. Encaminhe-se, conforme proposto, ao Gabin/RFB.

*Assinado digitalmente*  
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Chefe do Cetad



**Ministério da Economia**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado ao processo em 14/12/2022 15:58:15 por Claudemir Rodrigues Malaquias.

Documento assinado digitalmente em 14/12/2022 15:58:15 por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS, Documento assinado digitalmente em 14/12/2022 15:48:23 por FILIPE NOGUEIRA DA GAMA, Documento assinado digitalmente em 14/12/2022 15:33:42 por ANDRE LUIZ BARBOSA e Documento assinado digitalmente em 14/12/2022 15:33:42 por ANDRE LUIZ BARBOSA.

Esta cópia / impressão foi realizada por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 14/12/2022.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

- 1) Acesse o endereço:  
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

**EP14.1222.15586.ZO4J**

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**AE84C271DD9251382BAB8B77DA2DE6DE0357CC5E109D93C4FE8FAC500CB40A6A**